

**Marcielly C. Moresco**  
Universidade Estadual de  
Londrina - UEL  
Email:  
marciellymoresco@gmail.com



Este trabalho está licenciado sob  
uma licença [Creative Commons  
Attribution 4.0 International  
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

**Copyright (©):**

Aos autores pertence o direito  
exclusivo de utilização ou  
reprodução

ISSN: 2175-8689

**Quais vidas são choráveis?:  
O perfil @reliquia.rum a partir das  
condições enlutáveis de J. Butler**

*What lives can be cried?:  
The profile @reliquia.rum from J. Butler's  
grievability*

*¿Qué vidas se pueden llorar?:  
El perfil @reliquia.rum a partir de las  
condiciones del duelo de J. Butler*

Moresco, M. C. Quais vidas são choráveis? O perfil @reliquia.rum a partir das condições enlutáveis de J. Butler. *Revista Eco-Pós*, 26(01), 397-420. <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v26i01.27731>

## RESUMO

Durante a pandemia global da Covid-19, expressões virtuais do luto combinaram réquiem e obituários com álbum-relicários, transpondo a informação das vítimas reduzida a números, materializando-as, politizando o direito ao luto e acomodando de forma ubíqua as memórias vivas. São histórias e rostos de mulheres que tiveram o luto interdito ou não são consideradas vidas choráveis. Este artigo explora o relicário de mulheres materializado no perfil do *Instagram* chamado @reliquia.rum. A análise a partir das condições enlutáveis de Judith Butler compreende que o relicário virtual rompe com a realidade enquadrada nas notícias de mortes como apenas dígitos. E conclui que os enquadramentos resultantes das imagens e narrativas em @reliquia.rum rompem consigo mesmos, pois possibilitam o reconhecimento e a inteligibilidade daquela vida, podendo ser enlutada coletivamente e pressupondo, enfim, uma vida que importa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Covid-19; Enquadramento; Judith Butler; Instagram; Luto.

## ABSTRACT

Under the global pandemic of Covid-19, virtual expressions of mourning combined requiem and obituaries with album-reliquaries, transposing the information of victims reduced to numbers, materializing them, politicizing the right to grieving and ubiquitously accommodating living memories. They are stories and faces of women who have had their mourning interdicted or who are not considered grievable. This paper explore the reliquary of women materialized in the *Instagram* profile @reliquia.rum. The analysis based on Judith Butler's grievability understands that the virtual reliquary breaks with reality framed in the death news as just digits. And it concludes that the frames resulting from the images and narratives in @reliquia.rum break with themselves, as they enable the recognition and intelligibility of that life, being able to be life grievable collectively and presupposing, finally, a life that matters.

**KEYWORDS:** Covid-19; Framing; Judith Butler; Instagram; Mourning.

## RESUMEN

Durante la pandemia mundial de la Covid-19, las expresiones virtuales de duelo combinaron réquiem y obituarios con álbum-relicario, transponiendo la información de las víctimas reducidas a números, materializándolas, politizando el derecho al duelo y acomodando ubicuamente las memorias vivas. Son historias y rostros de mujeres que han estado de luto interditos o no son consideradas vidas llorosas. Este artículo explora el relicario de mujeres materializado en el perfil de *Instagram* @reliquia.rum. El análisis basado en las condiciones del duelo de Judith Butler entiende que el relicario virtual rompe con la realidad encuadrada en la noticia de la muerte como simples dígitos. Y concluye que los encuadres resultantes de las imágenes y narrativas en @reliquia.rum rompen consigo mismos, en tanto posibilitan el reconocimiento y la inteligibilidad de esa vida, posibilitando el duelo colectivo y presuponiendo, finalmente, una vida que importa.

**PALABRAS CLAVE:** Covid-19; Enquadre; Judith Butler; Instagram; Duelo.

Submetido em 29 de junho de 2021

Aceito em 12 de setembro de 2022

Dossiê **Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente**

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.27731

## Introdução

O luto midiaticizado ou a expressão virtual da dor não é recente. Uma literatura diversificada investiga fenômenos que relacionam diferentes maneiras de experimentar social, pública e coletivamente a morte e elaborar o luto nas redes sociais: perfis de vítimas de câncer; perfis das chamadas “mães de anjos”, que abordam a perda gestacional ou neonatal; perfis de vítima de violência urbana; homenagem às vítimas de tragédias naturais ou acidentais de grande repercussão, bem como às vítimas de HIV/AIDS, seja na perda de uma pessoa infectada ou no luto ainda em vida durante a descoberta da doença; discussões do luto no estado de sofrimento mental pela gestante quando descobre ainda na gestação a infecção do feto pelo Zika vírus; e, ainda, conversas sobre o luto amoroso vivenciado por mulheres vítimas de violências domésticas ou de relacionamentos abusivos (Silva, 2018). Nos três últimos casos, o luto pode ocorrer pelo impacto que o sofrimento mental e físico causa, podendo ser o mesmo do que se houvesse uma morte concreta de uma vida (Kovács, 2020).

É possível também observar a expressividade do luto enquanto um marco político contemporâneo brasileiro a partir de março de 2018, especificamente com o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, que denunciava a repressão policial nas favelas da cidade frente aos crescentes processos de militarização na política de pacificação. Desde então, vigílias em todo o mundo, presenciais e virtuais, acontecem anualmente para homenagear a vida, enlutar a morte e cobrar por respostas da investigação do crime, adotando como lema “transformar o luto em luta”, mote comum às vítimas da violência armada.

O luto pela morte de Marielle Franco é um exemplo de como o direito a ele foi convertido em público, político e em resistência coletiva dadas as circunstâncias políticas e violentas em que o crime ocorreu, também sociais e de representatividade por ser mais um crime contra uma mulher na política, ativista negra, feminista, que fazia parte da população LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais, Intersexuais e outras identificações).

A partir de 2020, durante a pandemia da Covid-19, o luto voltou a ser um assunto muito comentado em todo o mundo e de diversas maneiras. Inúmeras postagens virtuais, textos em blogs e em plataformas científicas, entrevistas, livros, notícias e documentários trazem como

tema o luto pelas mortes em decorrência da doença ou por outras complicações causadas pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, com alta transmissibilidade e de distribuição mundial.

A pandemia operou de modos distintos nos diversos segmentos da sociedade. As condições sociais e ambientais são as que têm mais impacto na infecção e mortalidade causadas pela SARS-CoV-2, resultando altas incidências em mulheres negras e pobres. São populações que vivem em situação de vulnerabilidade social, expostas a condições precárias muito maiores que a população branca. Ou seja, os marcadores de gênero, classe, deficiência, geração e etnia/raça tornam-se condicionantes dessa vulnerabilidade de infecção, morte, enfrentamento da doença e até mesmo do direito ao luto.

Há de se considerar um elemento significativo: na linha de frente da economia do cuidado e nas atividades de combate à pandemia estão majoritariamente as mulheres negras. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) mostram que as mulheres compõem 70% do quadro de profissionais de saúde no mundo. Historicamente, tal como ocorreu a feminização da educação (Louro, 2001), há também a feminização da saúde, especialmente de profissionais da enfermagem, socorristas, prestadoras de cuidados e agentes comunitárias. Conseqüentemente, essas mulheres, com prevalência de mulheres negras e pobres, estão constantemente expostas ao risco de contaminação pelo vírus devido ao contato direto com pessoas infectadas, além de serem desproporcionalmente afetadas pela crise pandêmica, com a redução da atividade econômica, os trabalhos informais, o desemprego e pelos custos físicos e emocionais.

Muito mais poderia ser dito sobre esses aspectos, mas a intenção deste texto é a de expor reflexões a partir das condições enlutáveis sobre um perfil da rede social *Instagram* chamado @reliquia.rum, que conta com mais de duas centenas de homenagens fúnebres às mulheres vítimas da Covid-19, na forma de obituários virtuais. Podemos relacionar imagens e narrativas enquadradas em um álbum virtual no *Instagram* com a apreensão de vidas legitimadas e passíveis de luto? Como podemos enlutar a morte de mulheres anônimas durante uma pandemia? Em que medida o direito ao luto se torna político?

O objetivo não é propor uma revisão bibliográfica do luto, mas apresentar o contexto da referência ao luto e dos corpos considerados enlutáveis e choráveis pela filósofa estadunidense

Judith Butler, delimitado ao momento de aguda vulnerabilidade e luto da pandemia da Covid-19, e explorando a potencialidade ético-política do álbum/perfil @reliquia.rum.

### 1. A condição de enlutável e o direito ao luto

O corpo é constituído pela dimensão pública e necessita de uma espacialização política que, conseqüentemente, produz subjetivação e visibilidade desse corpo. Diante da interdição dos velórios durante a pandemia, impedindo as pessoas de se reunirem em volta do corpo para a despedida, ou quando familiares não possuem materialmente nada para velar, como em casos de corpos desaparecidos, o processo de materialização pública do corpo pode não ocorrer. Assim, o luto acontece unicamente na reivindicação da memória das vítimas desaparecidas, como nas ditaduras ou em função da violência policial, de guerras ou de desastres naturais ou ambientais.

É apenas nas condições em que a perda tem importância que o valor da vida aparece verdadeiramente. Uma vida passível de luto é uma vida valorizada e, logo, habilitada para viver em condições dignas de uma vida vivível (Butler, 2016b): como ter acesso a habitação, saúde, educação, emprego, apoio social e econômico, liberdade de expressão política, poder andar com segurança na rua, dentre outras formas de reconhecimento social. A hipótese de ser uma vida enlutável é, portanto, pressuposto para toda vida que importa (Butler, 2016b).

Assim, Judith Butler tem sido um referencial importante para refletir sobre as questões do luto e das vidas consideradas enlutáveis, oferecendo uma possível política do enlutamento para compreender a distribuição desigual do luto público como uma questão política desde os tempos de Antígona até hoje, quando governos e as mídias regulam e controlam quem será e quem não será lamentado publicamente (Butler, 2016b).

A mobilização em torno do luto na obra de Judith Butler inicia-se em *Problemas de Gênero* (*Gender Trouble*, 1990), diante das tentativas de reconhecimento das vidas derrotadas para o HIV/AIDS. Nesse período, grupos *queers* organizados promoviam performances em formato de vigília nas ruas para enlutar as vítimas da doença. Esses grupos também cuidavam e enterravam as pessoas mortas, pois muitas eram abandonadas por familiares. Butler continua mencionando

o luto em relação às vítimas do HIV/AIDS, com destaque para as manifestações do luto coletivo em *Corpos que Importam* (*Bodies that Matter*, 1993). A partir da sua obra de 1997, *A Vida Psíquica do Poder* (*The Psychic Life of Power*, 1997), em que analisa as proposições freudianas de luto e melancolia, Butler vai além do luto como uma categoria transversal e clínica, inserindo o direito ao luto como uma categoria ético-política e fundamental na sua filosofia. Assim continua também em *O Clamor de Antígona* (*Antigone's Claim*, 2000), obra na qual propõe novas abordagens para a tragédia em Sófocles, refletindo sobre as apropriações da história de Antígona pelas feministas contemporâneas como um arquétipo da revolta das mulheres contra o Estado e prossegue com a teoria do reconhecimento: nem todas as pessoas mortas têm o mesmo direito de serem enlutadas, e nem todas as pessoas vivas têm o direito de reconhecer seus entes mortos (Rodrigues, 2020).

Já no livro *Quadros de Guerra* (*Frames of War*, 2009), Butler analisa o conceito de luto no processo de desumanização política de determinados corpos, indicando o reconhecimento da vida perdida diante de um enquadramento, quando se constata um valor àquele corpo ou àquela vida. Destaca novamente que há sujeitos que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há vidas que nunca serão reconhecidas como vidas. A apreensão de vida e morte, nesse caso, é constantemente regulada por enquadramentos de inteligibilidade, condicionando a interpretação do que conta ou não como um sujeito e como uma vida digna de ser vivida ou uma morte passível de ser lamentada (Butler, 2016b).

Butler anuncia que o conceito de enlutável já está dado e marcado desde o início de uma vida. É o nascimento que marca se aquela vida será digna de luto ou será abandonada em uma zona não vivível e não habitável da vida social, ou seja, se tornará uma vida abjeta (Butler, 2016b). Sobre o conceito de abjeção, em *Corpos que Importam*, Butler pensa-o como uma produção da norma cis-heterossexual, no qual o sujeito abjeto é expulso da norma, à medida que produz um reforço dessa norma durante a expulsão. Em *Vida Precária* (*Precarious Life*, 2004), Butler retoma o conceito inserindo-o nas questões da condição de enlutável e passível de luto, no qual o sujeito abjeto é enquadrado como uma vida matável e não enlutável. Observa-se, portanto, a fabricação do vínculo entre abjeção, corpo, luto, política e ética nas obras de Butler.

Ainda sobre a relação da abjeção e do luto, tomemos como exemplo a pessoa que vive seu gênero e/ou seu desejo/prática sexual enquadrados como ininteligíveis — fora da cis-heteronormatividade<sup>1</sup>. Ela está exposta a riscos potencialmente nocivos como assédio, discriminação, patologização, medicamentação, violência e até a morte. Portanto, vidas ininteligíveis sofrem um tipo de exílio ou marginalização e uma possível morte em vida (Moresco, 2020), existindo em estado de condição precária mais do que corpos e vidas inteligíveis<sup>2</sup>.

Viver em precariedade significa viver socialmente exposta/o a outros sujeitos. A pandemia escancarou essa exposição: nossa saúde e nossa vida estavam nas mãos de outras pessoas; estivemos dependentes de pessoas que conhecemos, das que conhecemos superficialmente e das que desconhecemos totalmente (Butler, 2016b). Essa dependência materializava-se em termos de ajuda para fazer as compras do mercado quando em isolamento, ser cuidada/o por alguém no adoecimento, na preocupação e proteção coletiva de higienizar as mãos, no uso de máscaras, no distanciamento social, na vacinação em massa e no luto pelas vidas perdidas. Constituiu-se um comprometimento e uma obrigação para com as outras pessoas.

Mas uma vida não passível de luto é aquela cuja perda não é lamentada porque ela nunca foi vivida, isto é, nunca foi considerada como vida (Butler, 2016b). Se uma vida é enquadrada como impassível de luto, é classificada como ininteligível e menos humana, sofrendo o interdito das condições sociais e políticas das quais dependem uma vida vivível, vivendo em condição precária e suportando a fome, o desemprego, a privação de direitos legais, a negligência, a violência do Estado e até um luto proibido. No contexto das pessoas mortas durante a pandemia da Covid-19, podemos pensar as perdas de maneira concreta e os efeitos gerados: o luto

---

<sup>1</sup> O conceito de cis-heteronormatividade se refere às normas de gênero e sexualidades, as quais instituem como normal e como normalidade as práticas heterossexuais e o corpo não trans e, portanto, cisgênero, dentro de um recorte de sociedade ocidental (SANTOS, 2017).

<sup>2</sup> Acompanharemos, neste artigo, a tradução adotada pelos tradutores de Quadros de Guerra: precarity como “condição precária”, para designar a “condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte” (p. 46); e precariousness por “precariedade”, para se referir a “um aspecto não desta ou daquela vida, mas como uma condição generalizada” (grifos da autora, p. 42). (BUTLER, Judith. Quadros de Guerra: Quando a Vida é Passível de Luto? 2.<sup>a</sup> ed. Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016).

controlado pelo Estado com a proibição dos velórios e o nome, rosto e histórias das vítimas ocultados nos noticiários. Ao questionarmos quais vidas são consideradas enlutáveis e passíveis de proteção, também nos perguntamos como a comoção e o luto são regulados, e quais as intenções para isso.

“O luto não é etéreo, ele é denso, opressivo, uma coisa opaca”, diz Chimamanda Adichie (2021, p. 24) durante a dor pela perda de seu pai em meio à pandemia mundial. O luto, por ser pesado e dominador, é, por um lado, estimulado a ser encarado, vivenciado, pois é parte da gestão da perda em qualquer circunstância. Paradoxalmente, é também considerado algo íntimo, privado, solitário. Algumas vezes, o luto não é permitido, é confiscado. Em outras, o luto passa de algo familiar e privado para a arena pública midiaticizada, compartilhado virtualmente. Nesse caso, o luto é capaz de transformar-se por meio de imagens, sons e/ou palavras, mas sempre haverá nele uma desigualdade política (Butler, 2016b).

Essa desigualdade é lembrada por Walter Benjamin (1987) ao criticar a sociedade burguesa pela produção de efeitos higienistas e sociais sobre o processo da morte e do luto durante o século XIX. De modo a evitar o espetáculo e a publicização, “morrer era antes um episódio público na vida do indivíduo” (Benjamin, 1987, p. 207). Para Benjamin, o momento da morte conferia a substância das histórias e narrativas, quando a existência vivida seria contada e transmitida publicamente. Sem a morte e o luto público, não havia narrativa sobre aquela vida.

Durante a epidemia de HIV/AIDS na década de 1980, a ação de mostrar os nomes, exibir e confessar publicamente as perdas eram menos para um luto público pelas vidas e mais por uma punição. Mas havia também as vítimas que não eram enlutadas publicamente em função do abandono familiar durante o processo de conhecimento da doença.

E quando não há o luto e a publicização dos nomes e imagens das vítimas? Como nos casos fatais das guerras e da violência policial, ou das pessoas que partiram aguardando por uma UTI no Brasil durante a pandemia da Covid-19. Nesse caso, devemos lamentar a ausência de nomes e imagens? Sim e não, pois é e não é nosso direito, embora as normas da humanização constantemente exigem o rosto e o nome de quem perdeu a vida (Butler, 2016b).

Há casos em que expor a identidade da vítima faz reiterar o crime, e isso pode ser bom quando o caso se torna objeto de investigação. Mas pode ser ruim quando a vítima é mais uma



vez vitimizada durante a exposição, como acontece nos casos de violência contra as mulheres ou de pessoas LGBTI+ em que, muitas vezes, apenas a imagem e o nome da vítima são publicizados, enquanto a identidade do agressor permanece não revelada.

Mas quando há uma melancolia generalizada, como durante a pandemia da Covid-19 ou em guerras, há pelo Estado, pelos veículos de comunicação e pelas pessoas comuns o apagamento das representações públicas dos nomes, das imagens e das narrativas de quem morreu, pois a melancolia é entendida como a negação, o repúdio ao luto (Freud, 2011; Butler, 2019). E sem rosto, só números, a tendência é que fiquemos sem reação diante de tantas vidas perdidas.

É comum acharmos que o luto é privado e, portanto, devemos nos isolar para vivê-lo. No entanto, essa atitude o despolitiza. Butler (2019) acredita que a experiência do luto pode fornecer um senso de comunidade política, de laços sociais. Butler se propõe a analisar a dimensão da vida política em relação à exposição à violência, à vulnerabilidade, à perda e ao trabalho de luto, com o intuito de compreender e buscar condições para uma vida em comunidade. “Se perdemos, logo tivemos, desejamos e amamos, lutamos por encontrar as condições para o nosso desejo” (Butler, 2019, p. 28-29). A perda e o luto vivido, para Butler, transforma-nos em elo; é o que une as pessoas ao que chamam de nós.

## 2. O luto por meio de um relicário virtual

Butler (2019) se recorda das vítimas de guerra infligidas pelos Estados Unidos que não receberam obituários, nem tiveram seus nomes e fotos divulgadas — ao contrário das próprias perdas estadunidenses que foram consagradas com notas. Essa é uma tradição bastante antiga, ao menos no interior brasileiro: garantir uma nota de falecimento publicada no jornal da cidade ou anunciada no quadro de “avisos de falecimento” da rádio local para que as pessoas saibam das informações do velório e possam participar da última despedida, enlutando-se publicamente e solenizando aquela que fora uma vida reconhecida. A morte é confirmada pelo obituário e, enfim, concretiza-se o luto.

**Dossiê Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente**

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.27731

O obituário confirma que aquela vida é considerada uma vida digna e legítima de atenção, que teria valido a pena preservar. É o meio pelo qual uma vida converte-se em recordação, possibilitando sentir a dor da perda e o luto (Butler, 2016b). Nesse caso, o obituário é uma manifestação pública da perda que, com breves palavras, qualifica uma vida como passível de ser chorada. Contudo, o obituário também pode enquadrar normativamente uma vida resumida e sempre categorizada, geralmente com algum dado cis-heteronormativo: um casamento heterossexual e monogâmico entre pessoas cisgêneras, descendentes deixadas/os pela pessoa falecida, profissão, algum mérito público etc. É mais difícil encontrarmos obituários de pessoas que fogem da inteligibilidade, à exceção das celebridades.

Então, quase sempre normativo, o obituário torna-se a exigência social do luto e das obrigações políticas do pertencimento (Silva, 2019). Ao escutar ou ler uma nota de falecimento nos conectamos atentas/os à informação transmitida. Sempre com nome e uma breve história, às vezes com rosto, o obituário possibilita compreender a fragilidade e, do mesmo modo, a mortalidade da vida.

Esses discursos epidícticos, como obituários, memoriais, relicários e epitáfios, formam uma retórica fúnebre com a finalidade de tornar pública a morte da pessoa e de expressar o luto (Silva, 2019) por aquela que fora uma vida legitimada e reconhecida. Esse ato é capaz de criar uma dimensão política e coletiva de identificação, de empatia e do direito de viver o luto, especialmente quando há interdições aos rituais fúnebres, tal como as promovidas pela pandemia da Covid-19 ou quando não há corpo para ser velado, nos casos de desaparecimento. Em relação às expressões virtuais do luto, há a possibilidade de respostas instantâneas, públicas e individuais sobre a perda, menos restritas às obrigações sociais e culturais dos rituais fúnebres (Gomes; Oliveira Júnior; Carneiro, 2022).

Há inúmeras práticas de mídiatização do luto, que utilizam *Twitter*, *Facebook*, *Instagram*, entre outras plataformas, com a intenção de narrar e comunicar respostas às perdas, guardar memórias, encontrar apoio e politizar o direito ao luto. A mídiatização, para Sodré (2006), é o fenômeno que rege a sociedade contemporânea, isto é, experienciamos a tendência à virtualização das relações, caracterizada por mediações e interações a partir das tecnologias de informação e comunicação.

**Dossiê Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente**

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.27731

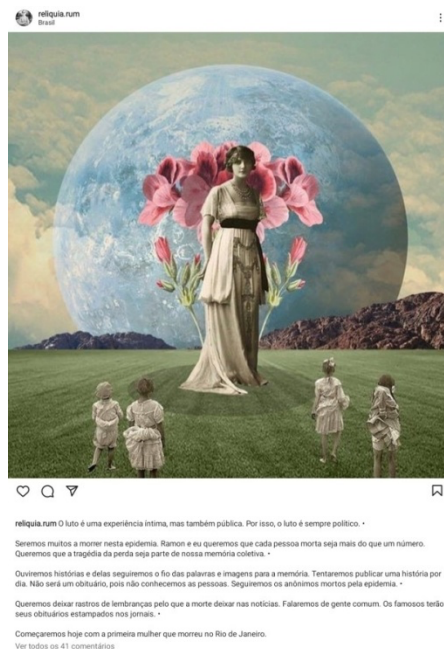
E é essa midiaticização do luto que possibilita tornar pública a morte e a consequente familiarização e interação às narrativas das perdas, mesmo que, na maioria das vezes, estão distantes dos nossos territórios geográficos ou a pessoa nos é totalmente desconhecida. Assim, a Internet fornece plataformas nas quais as pessoas enlutadas podem compartilhar e refletir sobre a experiência da dor, registrando com imagens e palavras, materializando e historicizando a perda como uma forma de substituir a libido em torno do luto por uma pulsão de vida, conforme Freud (2011) observou.

Gomes, Oliveira Júnior e Carneiro (2022) buscaram nas bases de dados eletrônicos autores e autoras que enfatizaram o luto e as redes sociais, e observaram que são múltiplas as formas como as pessoas enlutadas utilizam a Internet durante esse processo. A conclusão da pesquisa aponta que aquelas que experimentam efeitos emocionais, cognitivos e físicos do luto são mais propensas a usar suas contas pessoais nas redes sociais para expressar seus sentimentos.

Em relação ao perfil chamado @reliquia.rum (em alusão à palavra relicário, do latim), no *Instagram*, cada postagem pode ser considerada como um obituário de uma mulher fatalmente acometida pela Covid-19 e/ou outras complicações causadas pelo coronavírus SARS-CoV-2. Ainda que não apresente seus nomes, trata-se de um espaço dedicado ao luto como político, onde se guardam as memórias de quem partiu. É também um relicário ubíquo por seu modo virtual, isto é, nos acompanha a qualquer outro espaço-tempo.

A pesquisadora, antropóloga e professora brasileira Débora Diniz, responsável pelos textos de cada postagem, comenta em uma das legendas (Figura 1) que a página “não será um obituário, pois não conhecemos as pessoas”. Contudo, o perfil aproxima-se do que se entende por obituário, pois tem como características as narrativas biográficas e relatos abreviados de memórias coletivas, individuais e sociais, que se corporificam a partir de relações particulares com o tempo e o espaço (Silva, 2019); além disso, como já destacado, oferece a compreensão da fragilidade e da mortalidade da vida.

**Figura 1:** Postagem no perfil @reliquia.rum/*Instagram*



Fonte: Diniz; Navarro (2021)

Ambos, obituário e relicário, são instrumentos do luto publicamente distribuídos e coletivos: é a vida vivida que se converte em uma vida para lembrar, uma lembrança com dor, um meio icônico de reconhecimento público, o meio pelo qual uma vida chama atenção. O obituário impresso no jornal, ou aquele lido no rádio, ou aqueles postados nas páginas virtuais geram identificação e vínculo sobre aquela vida, e materializam-na em poucas palavras ou imagens.

O obituário inaugural postado no perfil @reliquia.rum foi uma imagem figurativa da primeira pessoa morta por Covid-19 no Brasil: uma mulher, 63 anos, moradora de Miguel Pereira, no estado do Rio de Janeiro, a 124km da capital, onde trabalhava como empregada doméstica. Sem nome e sem rosto nas notícias, adoeceu porque a patroa, moradora do bairro Leblon, no Rio de Janeiro, foi infectada na Itália e não avisou a empregada doméstica que estava em quarentena. Os textos do @reliquia.rum são criados por Débora Diniz a partir de notícias sobre essas mulheres. Não se trata de celebridades; estas, quando partem, possuem obituários garantidos nos noticiários. Mas as mulheres do @reliquia.rum, quando aparecem na mídia, são

Dossiê **Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente**

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.27731

anônimas, não choráveis para muitas pessoas. As postagens reúnem textos curtos e imagens em formato de colagem, que formam uma espécie de biografia de mulheres comuns.

As ilustrações são produzidas pelo artista visual brasileiro Ramon Navarro, que faz colagens digitais sobre fotografias antigas de mulheres do mesmo modo anônimas. Em fevereiro de 2021, a dinâmica é alterada e o álbum virtual passa a utilizar fotografias com rostos e histórias reais, com o consentimento das famílias das vítimas, que enviam a foto para a página e aprovam os textos. Entre os meses de março de 2020 e fevereiro de 2021, foram aproximadamente 250 postagens, algumas homenageando mais de uma mulher e/ou menina por *post*. O perfil é seguido por 31,5 mil pessoas.

As discursividades virtuais do luto combinam réquiens com álbum-relicários, transpondo a informação reduzida a números, materializando as vítimas, politizando o direito ao luto, que sai do privado para o público e coletivo: “Imaginá-las pelos resquícios da memória que escapam das notícias, transformar os números em biografias e, assim, permitir viver essa pandemia como um luto coletivo” (Diniz, 2020a). A pesquisadora faz referência às diversas notícias sobre a Covid-19 que informam a morte de pessoas, sem rostos ou nomes, reduzidas a um enquadramento quantitativo, mais como prontuários médicos: causa mortis, idade; meros fragmentos de suas realidades.

Em um dos seus textos durante o período pandêmico, Giorgio Agamben (2020a) comenta sobre a importância do rosto. Coberto por máscaras ou oculto dos noticiários durante a pandemia, ele é o lugar da própria verdade do ser humano:

O que o rosto expõe e revela não é algo que possa ser dito em palavras, formulado nesta ou naquela proposição significativa. [...] E o que o rosto expressa não é apenas o estado de espírito de um indivíduo, é sobretudo a sua abertura, a sua exposição e comunicação com outros homens. É por isso que o rosto é o lugar da política. [...] O homem, [...], quer se reconhecer e ser reconhecido, quer se apropriar de sua própria imagem, busca nela sua própria verdade (Agamben, 2020a).

Ao noticiar uma morte em decorrência da pandemia, os veículos de comunicação tratam-na como mais um dígito na contagem de corpos fracassados pelo vírus, suprimindo as dimensões subjetivas que constituem aquele sujeito, aquele corpo, aquela vida. De modo algum a intenção

deste texto é menosprezar os números. Entende-se, evidentemente, que os dados quantitativos oficiais servem como importantes indicadores para o planejamento de ações e tomadas de decisões por parte de autoridades políticas e científicas em busca de solucionar os problemas causados pela doença.

Ressalta-se ainda que, durante a pandemia, o governo brasileiro interrompeu a divulgação das informações sobre o número total de mortes e de casos, divulgando apenas os números diários, gerando grande preocupação sobre a possibilidade de manipulação de dados e a consequente falta de informação da população. Além disso, o governo liberava os dados em horário noturno que inviabilizava a publicação em telejornais ou jornais impressos, fato que exigiu uma aliança inédita de alguns órgãos da imprensa para que fosse possível contabilizar integralmente os números de mortes e casos diários, e também os totais<sup>3</sup>.

Portanto, os números possuem sua relevância especialmente porque permitem elaborar projeções de decisões, necessidades de recursos materiais e humanos e articular políticas de enfrentamento à pandemia, tal como criação e ampliação de leitos nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), implantação de hospitais de campanha, decretar fechamento do comércio não essencial e restrições de circulação (*lockdown*), produção e distribuição das vacinas etc.

O que quero colocar para reflexão é que uma notícia apenas com um enquadramento quantitativo cria uma espécie de apagamento da existência — um rosto, um corpo, uma vida, uma biografia. Butler (2019), inspirada em Lévinas, reflete sobre como esquemas normativos, especialmente nas mídias, funcionam justamente ao não fornecerem um rosto, um nome, uma narrativa, de modo que nunca houve vida e nunca houve morte.

Nesse caso, o enquadramento noticioso normativo

não se trata apenas, então, de um “discurso” de desumanização que produz esses efeitos, mas sim da existência de um limite ao discurso que estabelece os limites da inteligibilidade humana. Não é só que pouca evidência é dada a uma morte, mas sim que ela é impossível de ser evidenciada. Tal morte desaparece, não no discurso explícito, mas nas reticências pelas quais o discurso público caminha (Butler, 2019, p. 39).

---

<sup>3</sup> Os veículos G1, O Globo, Extra, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e UOL formaram, em 2020, o Consórcio de Veículos de Imprensa, de modo a trabalhar de forma colaborativa em busca das informações necessárias junto às Secretarias Estaduais e Distrital de Saúde.

Mesmo que seja um apagamento simbólico, negar a memória ou a relíquia da vida extinta é eliminar a experiência do luto. Para Safatle (2012), não pode haver a retirada do direito à memória; seria como morrer mais uma vez. Como número, sem uma narrativa mesmo que breve, talvez demore para que saibamos quem partiu ou nunca poderemos chorar a perda, nunca conheceremos sua imagem, seu nome, sua história, cuja vida não teremos nenhum fragmento para ver, tocar, lembrar, conhecer, imaginar ou sequer reivindicar justiça. É a política do aniquilamento de uma vida em um corpo, mas também do direito ao luto e à memória dessa vida.

O corpo implica mortalidade e vulnerabilidade (Butler, 2019). O álbum @reliquia.rum, ao contar histórias de mulheres mortas pela pandemia, coloca ali um rosto, muitas vezes figurativo, corporificando aquele número, tornando-o um corpo vivo, uma vez que a imagem passa a mostrar uma fisionomia, uma expressão, uma vestimenta, um lugar, uma ação, dimensões capazes de produzir vida, imaginação, memória e identificação. Ao materializar um corpo ali, paradoxalmente, a postagem nos faz encarar a vulnerabilidade, a condição de mortalidade e a precariedade da vida humana, ao passo que corporifica também o luto político pelas perdas na pandemia, como “formas de imaginação para suportarmos o luto” (Diniz, 2020c).

Nesse caso, os enquadramentos produzidos pelas fotografias e pelas breves biografias no relicário virtual de Débora Diniz e Ramon Navarro permitem compreender uma espécie de fuga do enquadramento noticioso da morte como um mero dígito, ou então como inumerável. O enquadramento pode ser considerado um recurso simbólico para a inteligibilidade do que está sendo transmitido. Os estudos dos enquadramentos (*frames*), neste artigo, derivam de Erving Goffman, mais especificamente do livro *Os Quadros da Experiência Social: uma Perspectiva de Análise* (*Frame analysis: an essay on the organization of experience*, 1974), com a intenção de compreender como os sujeitos classificavam e organizavam suas experiências de vida e seus esquemas de interpretação (ou quadros de sentido).

Para Goffman (2012), um quadro ou uma moldura nunca poderão conter totalmente uma realidade ou o que deseja transmitir. Isto é, todo enquadramento possui um excedente que não é mostrado, é aquilo que transborda pelos limites da cena que se vê. Butler, em *Quadros de Guerra*, começa a interessar-se justamente por aquilo que escapa às fronteiras, demonstrando

que o próprio enquadramento não é capaz de controlar o que delimita. É aqui que Butler faz a articulação com Goffman para pensar os “quadros de guerra”. Para tanto, ela alinha-se ao conceito do sociólogo, mas, ao mesmo tempo, amplia as possibilidades de compreender aquilo que “escapa ao controle” do enquadramento, trazendo novos movimentos à criação teórica de Goffman (Rodrigues, 2021).

Essa fuga de um determinado enquadramento sugere um certo desapego e afastamento dos mecanismos que o criam e controlam, tal como o dimensionamento das notícias que reduzem as mortes de pessoas a números, como comentado anteriormente. Questionar essa moldura da realidade significa compreender que a realidade é composta por outras cenas a serem ilustradas (Butler, 2016b), que há algo fora desse quadro apenas com dígitos. Ao fazer isso, o próprio sentido das vidas perdidas se torna reconhecível.

O @reliquia.rum afasta-se do enquadramento das mortes-dígitos por meio precisamente da fotografia e da breve narrativa biográfica daquela mulher, anônima para a maioria da população, mas uma vida importante e enlutável para algumas pessoas. Ao escolherem uma determinada imagem e escreverem um texto a partir de poucas informações, criam um novo enquadramento para aquele contexto/sujeito.

**Figura 2:** Postagem no perfil @reliquia.rum/*Instagram*





Fonte: DINIZ; NAVARRO (2021)

Na Figura 2, a legenda narra: “Eram seis vítimas na notícia. Três mulheres. Não se conheciam, imagino. Duas foram descritas pelas doenças do corpo. A mais velha ganhou o título de ‘sem comorbidades’. Uma tinha 90, outra, 74, a terceira 71. Todas em Maceió, Alagoas”. Diniz explana, ao final, uma tentativa de conectar a ilustração com a narrativa: “Aqui elas se tocam e existem juntas antes da morte. Assim deveriam ser todas mulheres: o elo do cuidado, o cuidado dos cabelos [...]”.

Os *posts* constituem um *frame*, ou quadro de sentido, e este é composto por uma estrutura que, subjetivamente, atribui significados, identifica e dá inteligibilidade (social e histórica) às mulheres vítimas noticiadas. No caso desse *frame* (Figura 2), cria-se uma maquinação, isto é, induz a interpretação, enredando as vítimas como se fossem negras, íntimas e partilhassem o momento de cuidado com os cabelos. As bordas do *post* quadrado são fronteiras imaginárias que separam a interação fictícia das três mulheres dos demais acontecimentos mundanos ao redor delas.

Dossiê **Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente**

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.27731

A imagem e a explanação na legenda situam o sujeito a uma ocorrência vivida (ainda que irreal e induzida), gerando significação dentro de um quadro de referências, valores, questões e sentidos já estabelecidos, portanto, de um contexto normativo, permitindo definir a situação, moldar as expectativas e orientar uma ação (França, 2011). Ação, esta, que pode ser da ordem particular ou pública, como uma curtida no *post*, um comentário, um compartilhamento etc.

De modo óbvio, qualquer contexto exige uma delimitação e, portanto, um novo enquadramento dele é estabelecido. Ocorre no @reliquia.rum, contudo, um delineamento que rompe consigo mesmo através do tempo e espaço, especialmente com as imagens figurativas nas ilustrações digitais das pessoas biografadas — são utilizadas fotos antigas, como as impressas em papel, de mulheres anônimas de outra época. Assim, o enquadramento criado a partir de uma fuga de outro enquadramento rompe com o contexto das mortes-dígitos em circulação nos noticiários e na internet em geral, e também se afasta do enquadramento da arte original. O artista Ramon Navarro, quando utiliza as fotografias antigas, reproduzindo-as para o álbum digital, produz um deslocamento crítico sobre o contexto da arte anônima original, desenquadrando e enquadrando-a no novo contexto de outra biografia.

Butler aproxima as reflexões do enquadramento do conceito de reprodutibilidade da arte, de Walter Benjamin, quando afirma que enquadrar de forma exitosa o que busca conter, transmitir e determinar o que é visto depende das condições da reprodutibilidade. E a própria reprodutibilidade demanda uma ruptura contínua com o contexto, bem como a delimitação de novas conjunturas, indicando que o enquadramento não é capaz de conter o que transmite e acaba por romper-se toda vez que o tenta (Butler, 2016b).

Ou seja, o enquadramento não é algo fixo, mas é normativo e vulnerável ao seu próprio deslocamento crítico. Talvez sejam as variações dos enquadramentos espaciais e temporais nas imagens utilizadas no @reliquia.rum, mais a biografia contextualizada no presente pandêmico de mortes anônimas, que constituem a possibilidade de comoção provocada nas postagens da página, pois “[...] o luto público está relacionado à indignação, e a indignação diante da injustiça ou, na verdade, de uma perda irreparável possui um potencial político” (Butler, 2016b, p. 66).

As reações estimuladas com as postagens são observadas a partir dos comentários das pessoas que seguem a página e também de notícias a respeito do perfil criado na rede social,

dependendo das variações de lugar e tempo: indignação pelas mortes e pelo modo como o governo brasileiro lidou com a pandemia, descoberta e admiração pela mulher biografada, identificação com o luto da vida perdida, encanto pelas ilustrações, entre outras. É o choro performado em palavras e ícones gráficos.

A indignação ocorre, principalmente, por pessoas que compreendem que aquela vida ou a sua própria pode não ser considerada vida, em uma negligência explícita diante da vulnerabilidade e da precariedade. Isso explica os comentários nas postagens da página serem majoritariamente de mulheres, habitualmente ausentes das condições enlutáveis ou reconhecíveis, afinal, sofrem mais com a precariedade e a abjeção.

Nas análises dos poemas escritos por pessoas encarceradas em Guantánamo por Butler (2016b), noto um ponto convergente com as criações visuais e a linguagem político-afetiva do @reliquia.rum: as palavras podem servir como sobrevivência provisória e, quando o corpo passa a respirar essas palavras, ele passa a ser outro em formato de apelo.

Além disso, a página no *Instagram* desafia a mídia dominante e se diferencia das notícias ilustradas com imagens de corpos nos cemitérios ou hospitais. Ou ainda das personagens heroicas que sobreviveram à Covid-19. As fotografias compartilhadas no perfil não são apenas postadas e mostradas publicamente. Elas são legendadas politicamente. Palavras compõem aquele enquadramento para descrever quem era aquela mulher, o que ela fazia em vida, o que deixou para trás, onde vivia, quem a amava e quem ela amou. Isso cria um conjunto para a interpretação, imaginação, compartilhamento e reparação do luto.

A apreensão daquela vida pode ser percebida pela escuta e pelo visual<sup>4</sup>. No caso do @reliquia.rum, as imagens intensificam as reações afetivas para a apreensão daquela vida: as imagens, as palavras, as performances criadas durante a força do luto (ou como resposta ao impedimento ao luto), da perda e do isolamento social são transformadas em instrumentos de insurgência e resistência. A partir da condição pública do luto por meio das fotografias e das breves biografias na página, construímos nossa indignação e nossa compreensão política, incorporando e articulando com outras indignações e lutas.

---

<sup>4</sup> Meses após a criação do @reliquia.rum, artistas criam, também no Instagram, o perfil @vozes.reliquia.rum, com a gravação e trilha sonora dos textos de Débora Diniz.

Para Butler (2020):

Aprender a enlutar-se pelas mortes em massa significa marcar a perda de alguém cujo nome você não sabe, cuja língua você talvez não fale, que vive a uma distância intransponível de onde você mora. Não é preciso conhecer a pessoa perdida para afirmar que isso era uma vida (Butler, 2020).

O reconhecimento público das precariedades compartilhadas e das condições precárias politicamente induzidas possibilita uma universalização dos direitos que garantam os suportes básicos para uma vida vivível. A fuga dos enquadramentos que o @reliquia.rum produz é uma forma de transmissão de solidariedade, de chorar lágrimas e/ou palavras pela dor de pessoas desconhecidas, formando redes e alianças virtuais, e desafiando os modos regulatórios de chorar pelo luto coletivo em uma pandemia.

### Considerações Finais

Não se trata de considerar o relicário virtual @reliquia.rum como um *modus operandi* no sentido de fazer do sofrimento e da perda uma vitimização, nem uma ferramenta de um possível voyeurismo mórbido. O álbum não trata de uma política do sofrimento, mas da possibilidade de materializar, corporificar e de reconhecer as vidas biografadas, permitindo homenagear a vida e viver o direito ao luto, transformando-o em político, público e coletivo diante da sua interdição pela pandemia da Covid-19.

O relicário virtual concebido por Débora Diniz e Ramon Navarro materializa, corporifica e torna viva a memória das mulheres-relíquias, afastando a possível curiosidade quase voyeurista da morte e possibilitando a criação de vínculos em torno do luto. Mesmo que as ilustrações representem a forma figurativa das mulheres, ainda é possível extrair da imaginação o simbólico, a performatividade e o reconhecimento daquela vida que foi vivível.

O @reliquia.rum, portanto, sugere a construção de novas interpretações da realidade de mulheres que morreram vítimas da Covid-19 e/ou de suas complicações, rompendo com a realidade enquadrada nas notícias como apenas números. E, ao mesmo tempo, os enquadramentos resultantes das imagens no *Instagram* rompem consigo mesmos, pois possibilitam o reconhecimento e a inteligibilidade de vidas que antes não eram qualificadas

Dossiê **Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente**

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.27731

como vidas, possibilitando que sejam enlutadas coletivamente e pressupondo, enfim, uma vida que importa.

Por fim, embora nem as imagens e nem as biografias do @reliquia.rum possam reverter o que aconteceu, elas podem, no entanto, oferecer condições de desprendimento da ideia de que as mortes são inevitáveis diante da pandemia — porque muitas poderiam ter sido poupáveis caso houvesse mais leitos de UTI disponíveis, recursos materiais de intubação, agilidade na vacinação em massa, incentivo ao distanciamento social e ao uso de máscaras por parte de autoridades políticas, dentre outras soluções para preservação de vidas. Ademais, as publicações no @reliquia.rum também podem provocar indignação pelas perdas e estimular o clamor por direitos, especialmente o direito à vida e ao luto.

### Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Notas sobre o luto*. Tradução de Fernanda Abreu. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

AGAMBEN, Giorgio. Un paese senza volto. *Quodlibet*, Itália, 2020a. Disponível em: <<https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-un-paese-senza-volto>>. Acesso em 12 fev. 2021.

AGAMBEN, Giorgio. *Una domanda*. *Quodlibet*, Itália, 2020b. Disponível em: <<https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-una-domanda>>. Acesso em 12 fev. 2021.

BENJAMIM, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, 3ª ed. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 197-221.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. *Bodies that Matter: On the Discursive Limits of 'Sex'*, London: Routledge.

BUTLER, Judith. *The Psychic Life of Power: Theories in Subjection*. Stanford: Stanford University Press, 1997.

BUTLER, Judith. *Antigone's Claim: Kinship between life and Death*. New York: Columbia University Press, 2000.

BUTLER, Judith. *Frames of War: When Is Life Grievable?* New York: Verso, 2009.

**Dossiê Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente**

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.27731

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 11.<sup>a</sup> ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016a.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra*. Quando a vida é passível de luto? 2.<sup>a</sup> ed. Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016b.

BUTLER, Judith. *Vida Precária*. O poder do luto e da violência. Tradução de Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (edição do Kindle).

BUTLER, Judith. O luto é um ato *político* em meio à pandemia e suas disparidades. Entrevista concedida a George Yancy. *Carta Maior*, 04 mai. 2020. Disponível em: <<http://observatorioedhemfoco.com.br/observatorio/judith-butler-o-luto-e-um-ato-politico-em-meio-a-pandemia-e-suas-disparidades>>. Acesso em: 11 mar. 2021.

DINIZ, Débora; NAVARRO, Ramon. @reliquia.rum. Disponível em: <<https://www.instagram.com/reliquia.rum/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

DINIZ, Débora. Relicarium. *Uol*, Ecoa, Brasil, dez. 2020. 2020a. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/reconstrucao-covid-mulheres.htm>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

DINIZ, Débora. *Álbum de Memórias*. Darcy – Revista de Jornalismo Científico e Cultural da Universidade de Brasília, n. 24, jul./dez. 2020. 2020b, p. 56-65. Disponível em: <<https://revistadarcy.unb.br/images/PDF/darcy24.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

DINIZ, Débora. O relicário de uma pandemia. *El País*, Opinião, Brasil, 09 ago. 2020. 2020c. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-08/o-relicario-de-uma-pandemia.html?event\\_log=oklogin&o=cerrbr&prod=REGCRARTBR](https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-08/o-relicario-de-uma-pandemia.html?event_log=oklogin&o=cerrbr&prod=REGCRARTBR)>. Acesso em: 08 fev. 2021.

FRANÇA, Vera R. V. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, n. 11, 2011, p. 59-72. Disponível em: <<https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/6052/1/vera%20F.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. Tradução de Marilene Carone. São Paulo: CosacNaify, 2011.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Tradução de Gentil A. Tilton. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. *Investigar em Educação*, II, n. 1, 2014, p. 35-50. Disponível em: <<http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/4>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

**Dossiê Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente**

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.27731

GOMES, Janete M.; OLIVEIRA JÚNIOR, Jesuino S. de; CARNEIRO, Maria Tereza L. M. Mídias sociais e práticas de luto online: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 10, 2022.

KOVÁCS, Maria Julia. Prefácio. In: CASELLATO, Gabriela (Org.). *Luto por perdas não legitimadas na atualidade*. São Paulo: Summus, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 5.ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MORESCO, Marcielly Cristina. *Primavera Secundarista Feminista: corporalidades, gêneros e sexualidades dissidentes nas ocupações escolares do Paraná (2016/2)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe: Dimensões de gênero na resposta, 2020. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES- COVID19 LAC.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

RODRIGUES, Carla. *Por uma filosofia política do luto*. O que nos faz pensar, Rio de Janeiro, v. 29, n. 46, p. 58-73, jan./jun. 2020. Disponível em: <<http://oquenosfazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnf/article/download/737/634/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

RODRIGUES, Carla. *O luto entre clínica e política: Judith Butler para além do gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. (edição do Kindle).

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (Orgs.). *O Que Resta da Ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2012.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. *Docências trans\**: entre a decência e a abjeção. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2017.

SILVA, Ana Beatriz Rangel Pessanha da. Feminismo e amor: narrativas de desejo e luto para uma política dos afetos. In: *Anais do VI ComCult*, Universidade Paulista, Campus Paraíso, São Paulo, 08 a 09 de novembro de 2018.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. Após a visita da indesejada das gentes: luto e memória na Revista Estudos Feministas (2001-2014). *Cad. Pagu*, Campinas, n. 55, 2019.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiatização. In: MORAES, Dênis (Org.). *Sociedade midiatizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

---

**Marcielly C. Moresco** - Universidade Estadual de Londrina - UEL

Dossiê **Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente**

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.27731

Comunicadora social e pedagoga. Doutora em Educação e Mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora do Laboratório de Investigação em Gênero, Corpo e Subjetividade na Educação (LABIN/UFPR).  
Email: marciellymoresco@gmail.com.

**Dossiê Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente**

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.27731